

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS (CAEF)
MOSTEIRO SÃO GERALDO

Aos **14 dias do mês de abril de 2023**, as 09h00 horas, reuniram-se na sede do Mosteiro de São Geraldo, CNPJ sob o n. 61.697.678/0001-60, localizado na Rua Santo Américo, n. 275 – Jd. Colombo São Paulo – SP, por convocação ordinária, nos termos do artigo 65 de seu Estatuto, em reunião, **os conselheiros do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais (CAEF), do Mosteiro São Geraldo, conforme lista de presença anexa.** A Reunião foi convocada pelo Diretor Presidente Cristiano Claudenor Oliveira Carvalho e presidida pelo Conselheiro Mauro Valdinei Lorandi Lorian, por decisão dos demais membros. Presentes ainda nesta reunião, o Padre José Rodolpho Perazzolo, nomeado Comissário Papal, por força do Decreto emitido pelo *Dicastério Para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica* – Prot. 46744/2022 – que estabelece que, em virtude da complexa situação financeira e administrativa, enfrentadas pela Abadia e pelo Mosteiro São Geraldo de São Paulo, fica o Comissário assim nomeado, com todas as faculdades pertencentes ao Abade e seus Conselheiros e ecônomo, em assuntos econômicos e administrativos, cabendo ao Comissário a representação legal para os atos da vida Civil das instituições, conforme procuração lavrada por instrumento público em 23 de janeiro de 2023, o **Sr. Marcelo Olaia**, Diretor Financeiro do Mosteiro, a **Sra. Elaine Fonseca**, Coordenadora Contábil do Mosteiro, o **auditor da equipe da empresa de auditoria - Audisa Auditoria e Consultoria** e a **Dra. Ana Paula de Albuquerque Grillo**, a quem coube registrar nesta Ata os trabalhos realizados nesta manhã, na condição de Secretária *ad hoc*. Em seguida, o Senhor Presidente deu início à apreciação da seguinte matéria que constitui a ordem do dia. **(Item 1) – Emitir Parecer sobre as Demonstrações Contábeis, Balanço e atividades realizadas pelo Mosteiro no Exercício de 2022 (art. 67 do Estatuto)**:- Sobre este item de pauta, o **Senhor Presidente** manifestou ter acusado o recebimento do Balanço Anual e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022, devidamente auditado, passando inicialmente a palavra ao Comissário Papal, **Pe. José Rodolpho Perazzolo**, para suas considerações preliminares. Acresceu que as Demonstrações Financeiras se encontram devidamente auditadas pela empresa Audisa, cujo parecer final se verifica em anexo, cabendo, portanto, ao CAEF analisar e emitir parecer à Assembleia. Na sequência, A Sra. Elaine Fonseca da Silva passou a apresentar as Demonstrações Contábeis, relatando, em breve resumo, que a receita operacional líquida do ano de 2022 alcançou o montante de R\$ 70,9 milhões de reais, atingindo o percentual 8,7% superior ao exercício anterior, em decorrência principalmente do aumento das receitas acadêmicas líquidas que atingiram o montante de

Lucas

R

V

MA

rw

er

R\$66,3 milhões representando um aumento de 6,4% em relação ao ano imediatamente anterior. As receitas com restrição totalizam o montante de R\$ 4,3 milhões sendo 49,9% superior a receita auferida em 2021. Com relação aos gastos, ressaltou que, especialmente, àqueles ligados a pessoal, representou em 2022 a quantia de R\$ 51,4 milhões, ou seja, 72,6% de comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento. As despesas administrativas totalizam um gasto de R\$ 18,9 milhões, nelas estão contidos os gastos com serviços de terceiros concessionários públicos, materiais de consumo, materiais de expediente e gerais representando 26,8% da receita líquida. As despesas com captação de recursos totalizam o montante de R\$ 4,3 milhões e são custeadas pelas parcerias junto à Prefeitura do Município de São Paulo. As receitas com alugueis estão inseridas na rubrica outras receitas e totalizam o montante de R\$ 2,5 milhões no ano de 2022, porém nos registros contábeis de 2021, cujo o montante é de R\$ 6,8 milhões, consta o valor R\$ 3,1 milhões relativos à antecipação de receita de aluguel da Quitanda. Estes valores deveriam ser registrados durante período de vigência do contrato junto a Quitanda, ou seja, não poderiam constar nos registros contábeis de 2021. Após a dedução destes gastos a Instituição gerou um déficit operacional de R\$ 5,8 milhões. Cabe ressaltar que no ano de 2022 foram registrados todos os gastos, provisões e não estavam contidas nas demonstrações financeiras de 2021. Após a inserção do resultado financeiro, o Mosteiro atingiu um déficit líquido de R\$ 9,7 milhões, este resultado negativo provoca uma redução no patrimônio líquido da instituição. Em relação ao balanço patrimonial, no grupo do ativo circulante, podemos destacar que a rubrica caixa e equivalentes de caixa totalizam o montante de R\$ 13,7 milhões, sendo 86% superior ao saldo de 2021. Porém, ressaltamos que este acréscimo de caixa está diretamente relacionado a captação de R\$ 15,0 milhões empréstimo bancário junto ao Banco Daycoval. Soma-se a isso a captação de R\$ 3,3 milhões junto ao Banco Itaú. Em relação às contas a receber, destaca-se que no final de 2022 havia em aberto R\$ 2,2 milhões de créditos educacionais líquidos da estimativa com as perdas de liquidação duvidosa. No contas a receber de convênios, provenientes de créditos da PMSP, o ano de 2022 encerra-se com saldo de R\$ 3,8 milhões. Na composição do ativo circulante consta ainda outras contas a receber no montante de R\$ 105 mil que representam valores d a receber de alugueis. Os ativos não circulantes totalizam o montante de R\$ 244,2 milhões, sendo em sua maior parte constituído de imóveis. No tocante ao endividamento bancário, informou que os valores de curto e longo prazo compõem a dívida de R\$ 27,9 milhões sendo 68,7% superior ao montante de 2021 (R\$16,5 milhões). Os gastos de convênios a incorrer representam entrada de recurso financeiro da PMSP, e que possuem obrigação junto às atividades das obras sociais. No passivo de longo prazo de 2022, não circulante, estão estimados os gastos decorrentes de expectativa de desembolso financeiro decorrente de processos judiciais, e totalizam o montante

Lucas

R. V.

HH

RS

2

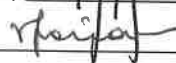
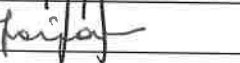
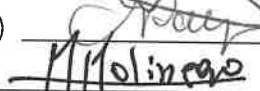
R\$ 3,4 milhões. Destacou, finalmente, que o patrimônio líquido, em 2022, teve uma redução de R\$ 9,7 milhões decorrente do déficit líquido apurado no exercício. Por fim, acresceu a Sra. Elaine, que a **Audisa Auditores Independentes**, empresa responsável pela auditoria das demonstrações do exercício de 2022, enfatizou que as demonstrações financeiras foram ressalvadas devido a entidade ter registrado o valor de R\$ 121.929,59 em outras receitas e valor de R\$ 467.269,29 em outras despesas no exercício de 2022, sendo esses montantes referente a ajuste de exercícios anteriores, esse procedimento está em desconformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que determina que o fato deveria ser registrado no grupo do Patrimônio Líquido, concluindo, portanto, pela emissão de **PARECER COM RESSALVAS**, no ponto de vista da auditoria externa. Encerrada a apresentação, debatidas e avaliadas as informações prestadas e esclarecidas às dúvidas suscitadas, não havendo mais perguntas, retomando a palavra, o **Senhor Presidente** pôs a matéria em votação, assim, o CAEF, por unanimidade de votos dos conselheiros presentes, e em conformidade com o que dispõe os arts. 65 e 67 do Estatuto, EMITIU PARECER RECOMENDANDO QUE A ASSEMBLEIA VERIFIQUE A POSSIBILIDADE E A VIABILIDADE DE ATENDIMENTO AO QUANTO APONTADO PELA AUDITORIA, POSSIBILITANDO UM AJUSTE CONTÁBIL E UMA REAPRESENTAÇÃO DOS NÚMEROS QUE AUTORIZE A EMISSÃO DE PARECER SEM RESSALVA, RESGUARDANDO O MOSTEIRO. Assim, ninguém mais desejando fazer uso da palavra a presente ata do CAEF do Mosteiro foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada, pelo Diretor Presidente, pelos Conselheiros abaixo identificados e por mim, na qualidade de Secretária *ad hoc*, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, a qual seguirá para registro com os documentos anexos que serão rubricados pela Secretária *ad hoc*, em nome dos presentes, para que produza seus efeitos legais.

Cristiano Claudenor Oliveira Carvalho (Diretor Presidente)

Ana Paula de Albuquerque Grillo (Secretária *ad hoc*)

Marcelo Antônio Audelino Molinero (Conselheiro)

Mauro Valdinei Lorandi Lorian (Conselheiro)



**Lista de Presença dos Associados do Conselho de Assuntos Econômicos Fiscais (CAEF)
do Mosteiro São Geraldo
Assembleia Geral Ordinária de 14/04/2023:**

- Afonso Maria Vieira Pinto (justificada a ausência em razão de viagem ao exterior)
- Marcelo Antônio Audelino Molinero MMolinero
- Mauro Valdinei Lorandi Lorian M. Lorandi

São Paulo, 14 de abril de 2023



Cristiano Claudenor Oliveira Carvalho

Diretor Presidente



Ana Paula de Albuquerque Grillo

Secretária *ad hoc*

MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO

**Demonstrações Financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Relatório dos Auditores Independentes**

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 10B/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/grupoaudisa](https://www.facebook.com/grupoaudisa)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.....

Balanco Patrimonial.....

Demonstração do Resultado do Exercício.....

Demonstração do Resultado Abrangente.....

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneira@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/grupoaudisa](https://www.facebook.com/grupoaudisa)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO

CNPJ. : 61.697.678/0001-60

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase:**Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes.**

Chamamos atenção à nota explicativa n.º 28 às demonstrações contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pelo **MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO** em 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3651-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /compony/grupoaudisa

@PORTALAUDISA.COM.BR

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneirai@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /compony/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 17 de Abril de 2023

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador
CRC/RS "S"-SP 058.252/ O- 1
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /compony/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO
JUNIOR (56687850091)
Data: 4/20/2023 1:21:54 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: E5D5B-284A1-86163-A1A99

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/E5D5B-284A1-86163-A1A99>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em reais

		MOSTEIRO SAO GERALDO DE SAO PAULO RUA SANTO AMERICO, 275, 61.697.678/0001-60 ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS			
BALANÇO PATRIMONIAL					
Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)					
	NOTA	2022	Reapresentado 2021	NOTA	Reapresentado 2021
ATIVO					
CIRCULANTE		22.932.342	19.012.978		40.795.804
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.750.255	7.376.319	12	1.524.342
Recursos vinculados à convênios	8	2.325.110	973.550	13	5.838.194
Contas a receber	9 a)	2.208.041	2.714.106	14	8.487.579
Contas a receber com convênios	10	3.802.417	4.869.605	27	3.527.559
Estoque		67.185	307.563	15	10.790.609
Impostos a recuperar		8.012	11.743		-
Despesas antecipadas		22.526	59.110	16	9.538.325
Adiantamento a funcionários		603.597	568.890		1.089.197
Outras contas a receber	9 b)	105.735	2.026.978	11 d)	-
Outros Adiantamentos		39.464	105.114		-
					33.657.319
NAO CIRCULANTE		244.261.467	240.823.203		38.346.734
Outras contas a receber	9 b)	1.332.520	1.332.520	15	10.393.943
Contas a receber de convênios	10	13.721.956	7.819.960	17 a)	3.415.837
Depósito judicial	17 b)	2.568.840	2.511.951	14	19.454.814
Imobilizado	11	265.265.367	264.235.134	27	5.082.141
Imobilizado c/ restrição	11	242.560	159.164	16	-
(-) Depreciação Acumulada	11	(39.264.432)	(36.760.622)		-
(-) Depreciação Acumulada c/ restrição	11	(66.905)	(26.187)		-
Intangível		767.257	767.208		-
(-) Amortização		(733.092)	(718.949)		-
Bens de direito de uso	11 c)	5.643.696	6.538.030	18	188.051.269
(-) Depreciação Acumulada	11 c)	(5.216.301)	(5.035.007)	18 a)	119.361
					197.358.640
					(9.426.732)
TOTAL ATIVO		267.193.808	259.836.181		267.193.808
					259.836.181
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Gastos a incorrer com convênios					33.657.319
Provisão para contingências					11.808.789
Empréstimos					2.744.041
Partes Relacionadas					13.550.126
Estrutura técnica					5.082.141
Arrendamento Mercantil					472.222
					-
NAO CIRCULANTE					
Gastos a incorrer com convênios					188.051.269
Patrimônio Social					3.567.036
Ajuste de Avaliação Patrimonial					197.960.600
Déficit do Período					(4.049.635)
					267.193.808
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.193.808	259.836.181		267.193.808

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em reais



MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO

RUA SANTO AMERICO, 275

CNPJ: 61.697.678/0001-60

ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2022</u>	<u>Reapresentado</u> <u>2021</u>
Receita Líquida	19	70.913.180	65.254.387
Receita Educacional		76.337.492	70.764.044
(-) Dedução Educacional		(10.008.189)	(8.424.284)
Receita Com Restrição		4.369.769	2.914.627
Receita c/ Doações		214.109	
Custo com ações de gratuidade	20	(46.149.439)	(39.333.503)
(-) Custo com gratuidades		(4.445.217)	(8.527.740)
(-) Custo c/ pessoal		(41.704.222)	(30.805.763)
(=) Superávit Bruto		24.763.741	25.920.884
(-) Despesas operacionais	20	(30.240.203)	(26.058.433)
Pessoal e encargos		(9.767.339)	(9.064.105)
Despesas Administrativas		(18.521.391)	(21.059.759)
Despesas Tributárias		(8.473)	(11.403)
Despesas com captação de recursos		(4.369.769)	(2.914.627)
Outras Receitas	22	2.426.769	6.991.461
(=) Déficit / Superávit antes do resultado financeiro líquido		(5.476.462)	(137.548)
Resultado financeiro	21	(3.950.270)	(3.912.086)
Receitas Financeiras		1.274.086	1.031.541
Despesas Financeiras		(5.224.356)	(4.943.627)
Déficit do período		(9.426.732)	(4.049.634)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em reais



MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO

RUA SANTO AMÉRICO, 275

CNPJ: 61.697.678/0001-60

ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO


Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em reais)

				Reapresentado	
	NOTA	Educacional	Assistencial	2022	2021
Receita Líquida	19	70.699.072	214.109	70.913.180	65.254.387
Custo	20	(45.392.427)	(757.012)	(46.149.439)	(39.333.503)
(-) Custo com gratuidades		(4.445.217)		(4.445.217)	(8.527.740)
(-) Custo c/ pessoal		(40.947.210)	(757.012)	(41.704.222)	(30.805.763)
(=) Déficit Bruto		25.306.644	(542.903)	24.763.741	25.920.884
(+/-) Despesas e Receitas operacionais	20	(30.035.170)	(205.033)	(30.240.203)	(26.058.433)
Pessoal e encargos		(9.725.456)	(41.883)	(9.767.339)	(9.064.105)
Despesas Administrativas		(18.357.534)	(163.856)	(18.521.391)	(21.059.759)
Despesas Tributárias		(8.208)	(265)	(8.473)	(11.403)
Despesas com recursos c/ Restrição		(4.369.769)	-	(4.369.769)	(2.914.627)
Outras Receitas operacionais	22	2.425.797	972	2.426.769	6.991.461
(=) Déficit /Superávit antes do resultado financeiro líquido		(4.728.526)	(747.936)	(5.476.462)	(137.548)
Resultado financeiro	21	(3.948.581)	(1.689)	(3.950.270)	(3.912.086)
Receitas Financeiras		1.274.047	39	1.274.086	1.031.541
Despesas Financeiras		(5.222.628)	(1.728)	(5.224.356)	(4.943.627)
Déficit do período		(8.677.107)	(749.625)	(9.426.732)	(4.049.635)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em reais

MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO		
	RUA SANTO AMERICO, 275 CNPJ: 61.697.678/0001-60 ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)		
	<u>2022</u>	<u>2021</u> <u>Reapresentado</u>
Déficit do período	<u>(9.426.732)</u>	<u>(4.049.634)</u>
Outros Resultados Abrangentes	<u>(9.426.732)</u>	<u>(4.049.634)</u>
Resultado Abrangente do Período	<u>(9.426.732)</u>	<u>(4.049.634)</u>
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais



MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO

RUA SANTO AMERICO. 275

CNPJ: 61.697.678/0001-60

ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro


(Valores expressos em reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO PERÍODO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.481.792	199.031.040	(4.985.181)	201.527.652
Incorporação ao Patrimônio Social	(4.985.181)		4.985.181	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.070.441	(1.070.441)		-
Ajuste de Exercício Anterior	(16)	-		(16)
Resultado do Período Reapresentado 2021			(4.049.635)	(4.049.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.567.036	197.960.600	(4.049.635)	197.478.001
Incorporação ao Patrimônio Social	(4.049.635)		4.049.635	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	601.959	(601.959)		-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-		-
Resultado do Período			(9.426.732)	(9.426.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	119.361	197.358.640	(9.426.732)	188.051.269

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em reais

MOSTEIRO SÃO GERALDO DE SÃO PAULO		
 RUA SANTO AMÉRICO, 275 CNPJ. 61.697.678/0001-60 ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
MÉTODO INDIRETO		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)		
	2022	Reapresentado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do Exercício	(9.426.732)	(4.049.635)
Ajustes por:	(345.340)	
Provisão para créditos liquidação duvidosa		417.922
Depreciação e amortização	3.023.963	4.258.860
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(277.498)
Juros sobre empréstimos		558.903
Ajuste de Inventário	215.560	1.039.386
Resultado na baixa de ativos imobilizados	956.518	19.267
Déficit / Superávit do Período Ajustado	(5.576.031)	1.967.205
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Recursos vinculados à convênios	(1.351.560)	(595.721)
Contas a receber	506.065	401.629
Contas a receber com convênios	(4.834.807)	(2.958.876)
Estoques	240.378	(74.151)
Despesas antecipadas	36.584	226.455
Outras contas a receber	1.921.243	(3.098.289)
Depósito judicial	(56.889)	12.357
Adto a Funcionários	30.943	70.309
Impostos a Recuperar	3.731	(9.574)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	574.874	(243.738)
Obrigações tributárias e trabalhistas	467.212	221.330
Gastos a incorrer com convênios	6.846.605	4.467.778
Receita diferida	-	(915.567)
Mensalidades antecipadas	19.015	2.080.432
Contingências	671.796	(566.344)
Outras contas a pagar	44.382	1.047.926
Estrutura Técnica	(925.556)	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	4.194.015	65.957
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aquisição) baixas de ativo imobilizado e intangível	(1.330.081)	(2.360.957)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.330.081)	(2.360.957)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	18.300.000	-
Pagamento de empréstimos	(6.919.232)	(4.895.785)
Partes Relacionadas	(1.160.858)	(945.856)
Pagamento de arrendamentos	(1.133.877)	51.229
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	9.086.033	(5.790.412)
Aumento/Redução líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	6.373.936	(6.118.206)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.376.319	13.494.525
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13.750.255	7.376.319
Varição ocorrida no período	6.373.936	(6.118.206)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

1 Contexto operacional

O Mosteiro São Geraldo de São Paulo (“Entidade”), fundado em 19 de janeiro de 1950, na cidade de São Paulo -SP, é uma entidade civil de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos. Tem caráter educacional, cultural, filantrópico e presta serviços públicos gratuitos de educação, e assistência social por meio da promoção da infância, adolescência, juventude e adultos, atendendo às suas carências emergenciais de recursos materiais e humanos, tendo como atividade preponderante, a educação, tudo em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases (“LDB”), a Lei Orgânica de Assistência Social (“LOAS”), o Estatuto da Criança e do Adolescente (“ECA”) e pela legislação aplicável.

A Entidade possui o CEBAS (Certificado de Entidades Beneficente e Assistência Social), e seus pedidos de renovação foram protocolados perante o MEC, conforme disposições da Lei Complementar No 187 de 2021 e a portaria Normativa nº15, de 11 de agosto de 2017, conforme processo 23000.0011338/2021-25 no dia 30/04/2021, este pedido de renovação será avaliado com base nos critérios da Lei Complementar No 187 de 2021, levando em consideração as alterações impostas pela lei 12.868/2013, revogados pela Lei Complementar 187/2021. Até a data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, o MEC não havia julgado o referido processo. Em consulta efetuada em 21/03/2023 no site <https://protocolointegrado.gov.br/Protocolo/> constatou-se que a Entidade possui o Cebas “em atualização” e que seu último processo de renovação está em fase de análise, neste caso, todas as isenções estão estendidas até a data da decisão do MEC.

A Entidade está localizada na capital do Estado de São Paulo, onde funciona a matriz e suas quatro filiais – os núcleos socioeducativos, a saber:

- Colégio Santo Américo
- Vila Morse – Obras Sociais Núcleo I
- CCT Paraisópolis – Obras Sociais Núcleo II
- CEISER – Obras Sociais Núcleo IV
- Casa Azul Santo Américo – Obras Sociais Núcleo VI - Sede das Obras Sociais

O custeio destes núcleos de educação e assistência social é apurado levando-se em consideração, os gastos específicos a eles atribuíveis e aqueles incorridos pelos núcleos de uma maneira geral e que são rateados. Todos os núcleos são mantidos pelo Mosteiro São Geraldo de São Paulo e são integralmente gratuitos.

Para a consecução de suas finalidades, a Entidade obtém recursos financeiros por meio de mensalidades cobradas pelo Colégio Santo Américo, sua principal fonte de renda, convênios, doações e rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras.

1.1 Impactos da Covid-19

Com a crise sanitária instalada no início de 2020 no Brasil, causada por conta do novo Coronavírus (COVID-19), que afetou não só a economia brasileira, mas também a economia mundial, e trouxe com ela inúmeras incertezas, fizeram com que a Entidade criasse um Comitê de Contingências, para definir estratégias e planos de ação para mitigar ao máximo os impactos causados pela pandemia, levando em consideração os aspectos específicos de cada Unidade, mesmo que com as flexibilizações e diminuição de contágio e mortes, a Entidade vem tomando todos os cuidados para combater ao vírus e tomando medidas para conter a disseminação.

A Entidade está fielmente comprometida com a proteção à vida, visando a saúde de seus alunos, pais, responsáveis, colaboradores e fornecedores, e, todos os seus beneficiários que são atendidos pelos seus projetos sociais. A Entidade vem trabalhando com extremo cuidado, afincado e cautela para manter a saúde de toda sua comunidade escolar, colaboradores e parceiros, sempre com muita prudência e transparência para que todos se sintam mais seguros.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

Projetos Sociais:

- Manutenção dos Projetos Sociais, os quais continuaram ofertando suas diversas atividades, mas de forma interativa, o que exigiu adequação por parte da Entidade, de como as atividades sociais seriam executadas durante este período;
- Elaboração de vídeo aulas e aulas online, das diversas atividades desenvolvidas, tais como: Estímulo a leitura, jogos e brincadeiras, atividades diversificadas envolvendo artes, cultura, educação emocional, social e espiritual.

Regime tributário

A Entidade, nos termos estabelecidos no artigo 150, inciso VI, alínea “C” da Constituição Federal de 1988 em atendimento ao disposto nos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66, é imune de tributação sobre seu patrimônio, renda ou prestação de serviço. Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, através do seu artigo 195, parágrafo 7º, a Entidade é imune de contribuição para a seguridade social.

O Mosteiro São Geraldo de São Paulo é uma Entidade beneficente de educação e assistência social (possui certificado de entidades Benéficas de assistência social) e para usufruir da imunidade tributária determinado pela Lei Complementar No 187 de 2021, alterada pela Lei 12.868/13, e regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14, cumpre os requisitos previstos no artigo 29 da referida Lei, revogada pela Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021.

Planos da Administração para reversão dos consecutivos déficits.

Devido aos sucessivos déficits operacionais incorridos nos últimos exercícios, a Entidade implantou em 2018, o Plano de Reversão de Déficit (“PRD”), que é o planejamento, acompanhamento e execução do Plano Orçamentário, visando a redução de gastos e ganho de eficiência financeira, visando a perenidade da Entidade. Assim, apresentamos os principais pontos previstos para os exercícios vindouros que irão impactar diretamente o desempenho financeiro da Entidade:

- (a) Avaliação das unidades deficitárias, visando a redução dos custos e despesas e conseqüente melhoria na gestão do caixa;
- (b) Revisão no modelo de gestão de ofertas de descontos e bolsas;
- (c) Revisão de estrutura pessoal com base em estudo de cargos e salários.

Diante disso, a Administração está executando ações que impactam em modificações na estrutura organizacional, modelo de gestão e planejamento estratégico. Além, da efetivação e continuidade de projetos como GGRC - Gestão de Governança, Riscos e Compliance; início da criação em 2019, de um conselho consultivo para acompanhamento e auxílio nas tomadas de decisões, bem como as projeções financeiras para os exercícios futuros, com o intuito da reversão dos déficits. Desta forma, o Mosteiro São Geraldo de São Paulo vem praticando uma operação economicamente viável, a recuperação da capacidade de investimentos e redução da dependência de capital de terceiros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e aplicadas a entidades sem finalidade de lucro ITG 2002 (R1), NBC TG 07 (R2).

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações. No caso de determinados ativos e passivos financeiros, o seu custo foi ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda, quando existentes, são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de contabilidade, em especial, o princípio da oportunidade e da competência.

a. Normas e interpretações novas e revisadas

Não existem novos Pronunciamentos, interpretações ou Orientações emitidos pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e que impactaram significativamente as demonstrações contábeis da Entidade.

b. Promulgação da Lei 187/2021 (Nova Lei do CEBAS)

Tendo como base o projeto de Lei complementar 134/2019, em 17 de dezembro de 2021, foi publicada a Lei Complementar 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social. A referida Lei, trouxe segurança jurídica às entidades certificadas, uma vez que, afirma de forma inequívoca que tais entidades são imunes em relação às contribuições sociais previstas nos incisos I, III e VI do caput do art. 195 e o art. 239 da constituição Federal.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas utilizando o Real (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

b. Recursos vinculados à convênios

Recursos vinculados à convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio junto a Prefeitura Municipal de São Paulo.

c. Contas a receber

Representam, basicamente, as mensalidades emitidas, porém não recebidas, além de acordos firmados com clientes de mensalidades vencidas. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para “impairment”.

A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a perdas esperadas na realização das mensalidades e negociações a receber. A Entidade utiliza uma matriz de provisões para a mensuração de perda de crédito esperada com o contas a receber de alunos. As taxas de perdas são calculadas por meio de uso de “rolagem” com base na probabilidade de um valor avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

d. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores atualizados no realizável a longo prazo.

e. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou de construção e ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os custos de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Todos os custos de reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios findos em 2021 e 2022 são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Prédios e edificações	35 - 53
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Equipamentos de informática e comunicação	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Em 31 de dezembro de 2022 não houve necessidade de constituição de perdas pelo valor recuperável dos ativos da Entidade.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

f. Obrigações a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Mensalidades antecipadas

Como prática de nosso negócio e mercado de atuação, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente, são reconhecidas como mensalidade recebida antecipadamente, no passivo circulante, aquelas mensalidades de períodos subsequentes que são recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso, sendo que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente.

A Entidade reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Entidade; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Entidade, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas a prestação de serviço tenham sido atendidas. A Entidade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada transação.

Venda de serviços

A receita da Entidade consiste principalmente na prestação de serviços de educação, mensalidade do colégio, é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço.

As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a Entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

Recursos recebidos de Convênios e Subvenções

Os recursos recebidos de terceiros em convênio são reconhecidos e contabilizados conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.305/10 que aprova a NBC TG 07 - Subvenção e Assistências Governamentais da seguinte forma:

- (i) **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.
- (ii) **Consumo como despesa:** Quando ocorrem o empenho dos valores recebidos de terceiros em convênio e as despesas são reconhecidas, no mesmo momento as receitas com convênio são

reconhecidas no resultado dos exercícios em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante.

j. Receitas financeiras

As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Entidade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo está calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

k. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (quando existente), são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l. Instrumentos financeiros

l.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Recursos vinculados à convênios", "Contas a receber" e "Contas a receber com convênios".

l.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício.

1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Entidade ou da contraparte.

1.4 Impairment de ativos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

b. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados indicativos de *impairment*.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A prática contábil adotada de acordo com a NBC T 10.19.2.1 e ITG 2002, respeitando os princípios fundamentais de Contabilidade, em especial o regime da oportunidade e o regime de competência. A

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

Entidade reconhece as receitas e despesas respeitando o Princípio da Competência, conforme ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução 1.409/12.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 4.e - Prazo de vida útil do ativo imobilizado;
Nota explicativa 4.m - Valor recuperável dos ativos não financeiros;
Nota explicativa 9 - Provisão para crédito liquidação duvidosa;
Nota explicativa 17 – Provisão para contingência.

6 Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras receitas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 a Entidade registrou o montante de R\$ 83.544,60 (R\$ 25.534,19 em 2021).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	2.051	1.940
Banco e Aplicações financeiras	<u>13.748.204</u>	<u>7.374.379</u>
	<u>13.750.255</u>	<u>7.376.319</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de investimentos classificados como Renda Fixa Referenciado DI, com rendimentos de 106,88% do CDI 2022 e 114,41% do CDI 2021.

8 Recursos vinculados à convênios

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	331.662	153.816
Aplicações financeiras	<u>1.993.447</u>	<u>819.734</u>
	<u>2.325.110</u>	<u>973.550</u>

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

As aplicações financeiras referem-se a caderneta de poupança, são remuneradas a taxa de 70,00% da meta SELIC + TR em 2022 (70,00% em 2021) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os períodos abrangidos por estas demonstrações financeiras.

9 Contas a receber

a) Mensalidade a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber de alunos	5.198.399	6.864.885
Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.990.358)	(4.150.779)
	<u>2.208.041</u>	<u>2.714.106</u>

A provisão para perda esperada constituída para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-4.150.779
Movimentação provisão para perdas	1.160.422
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-2.990.357

Abaixo segue o quadro por vencimento do saldo de contas a receber e da provisão para perdas de crédito esperadas:

		CR 2022	PECLD
A - A vencer	0,00%	-	-
B - De 1 a 30 dias	0,00%	1.297.294	-
C - De 31 a 60 dias	0,00%	272.146	-
D - De 61 a 90 dias	0,00%	45.291	-
E - De 91 a 180 dias	0,00%	232.191	-
F - De 181 a 360 dias	14,29%	361.119	(56.415)
G - Acima de 361 dias	100,00%	2.990.358	(2.933.943)
Acordo		2.309.620	
		<u>7.508.019</u>	<u>(2.990.358)</u>

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

b) Outras Contas a Receber

Os valores em outras contas a receber está distribuído da seguinte forma:

- (i) R\$ 1.332.520 a longo prazo a receber da empresa FVL 7 RESTAUTANTES LTDA, referente ao contrato de prestação de serviços de alimentação para os alunos.
- (ii) R\$ 7.957 a receber, referente a locação de espaços para terceiros e
- (iii) R\$ 75.048 a receber de instituições financeiras referente a mensalidades e acordos pagos através de cartões de crédito;

10	Contas a receber de convênios	2022	2021
	CEI Santa Escolastica – Paraisópolis	8.839.536	757.836
	CEI Dom José Gaspar –Vila Morse	3.840.467	5.363.825
	CEI Santo Estevão Rei - Cei Ser	4.844.370	6.567.905
		<u>17.524.373</u>	<u>12.689.566</u>
	Circulante	3.802.417	4.869.605
	Não circulante	<u>13.721.956</u>	<u>7.819.960</u>
		<u>17.524.373</u>	<u>12.689.566</u>

A Entidade possui programas conveniados ao Poder Público - Prefeitura de São Paulo, sendo os registros nessa rubrica correspondente aos valores firmados em contrato e ainda não recebidos.

Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a convênios no ativo circulante em contrapartida na rubrica de gastos a incorrer com convênios no passivo circulante (vide nota explicativa 18).

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

11 Imobilizado e bens de direito de uso

(a) Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	183.710.428	-	-	-	183.710.428
Prédios e edificações	50.829.681	831.631	-	-	51.661.311
Veículos	630.895	-	(4.676)	-	626.219
Aparelhos de som e imagem	724.112	39.049	(7.451)	-	755.710
Material didático	662.566	41.964	-	-	704.530
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	19.246.785	142.293	(44.859)	-	19.344.219
Equipamentos de Informática	5.365.280	175.382	(126.522)	-	5.414.140
Construções em andamento *	3.224.467	-	-	-	3.224.467
Total custo	264.394.214	1.230.318	(183.508)	-	265.441.024

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

Prédios e edificações	(16.796.671)	(1.431.191)	-	(18.227.862)
Veículos	(630.452)	(443)	4.676	(626.218)
Aparelhos de som e imagem	(628.294)	(33.475)	6.591	(655.178)
Material didático e laboratório	(642.018)	(8.613)	-	(650.630)
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	(13.059.613)	(969.144)	26.114	(14.010.112)
Equipamentos de Informática	(5.029.677)	(97.515)	28.937	(5.094.432)
Total depreciação	(36.786.725)	(2.540.380)	66.318	(39.264.433)
Saldo líquido	227.607.489	(1.310.062)	(117.190)	226.176.591

* O saldo em "Construções em Andamento" refere-se à construção de um prédio localizado dentro do Mosteiro São Geraldo de São Paulo que será utilizado pela área administrativa da Entidade. Devido aos déficits apresentados pela mesma, a obra se encontra paralisada por tempo indeterminado, a Entidade irá retomar a construção assim que possível. Quando concluído, o saldo será reclassificado para "Imóveis".

(b) Bens com restrições

O saldo apresentado no quadro de imobilizado é composto também por bens que foram adquiridos com a verba da Prefeitura do Município de São Paulo após aprovação das prestações de contas com a mesma e assim são apresentados:

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

	2022		2021			
	Bens próprios	Convênios	Total	Bens próprios	Convênios	Total
Aparelhos de som e imagem	694.289	61.421	755.710	700.879	23.233	724.112
Equipamentos de Informática	5.378.053	36.087	5.414.140	5.361.864	3.416	5.365.280
Máquinas e equip. / móveis e utensílios	19.199.167	145.052	19.344.219	19.148.769	98.016	19.246.785
Total custo	25.271.509	242.560	25.514.069	25.211.512	124.665	25.336.177
Aparelhos de som e imagem	(645.253)	(9.925)	(655.178)	(626.489)	(1.805)	(628.294)
Equipamentos de Informática	(4.940.101)	(12.630)	(4.952.731)	(5.028.472)	(1.205)	(5.029.677)
Máquinas e equip. / móveis e utensílios	(11.979.301)	(44.350)	(12.023.651)	(13.039.386)	(20.227)	(13.059.613)
Total da depreciação	(17.564.655)	(66.905)	(17.631.560)	(18.694.347)	(23.237)	(18.717.584)
Saldo líquido imobilizado	7.706.854	175.655	7.882.509	6.517.165	101.428	6.618.593

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

(c) Bens de direito de uso – CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

Os “Bens de Direito de Uso”, são os contratos de Locação e Leasing vigentes em 2022 que foram enquadrados na norma do CPC 06 – Operação de Arrendamento Mercantil, que entrou em vigor no Brasil em 01 de janeiro de 2019. Os contratos de Locações e Leasing foram reconhecidos no Ativo não Circulante e contrapartida no passivo de arrendamento mercantil na mesma proporção.

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Ajustes	Saldo em 31/12/2022
Imoveis	4.097.893	-	-	(472.137)	3.361.187
Equipos de Informática	2.124.880	-	-	-	2.124.880
Veiculos	315.258	-	-	(157.629)	157.629
Total	6.538.030	-	-	(629.766)	5.643.696
Imoveis	(3.179.894)	-	(544.994)	99.132	(3.361.187)
Equipos de Informática	(1.697.484)	-	-	-	(1.697.484)
Veiculos	(157.629)	-	-	-	(157.629)
Total depreciação	(5.035.007)	-	(544.994)	99.132	(5.216.301)
Saldo Liquido	1.503.023	-	(544.994)	(530.634)	427.396

Isenções

A Entidade aplicou as isenções conforme item 5 da norma CPC 06, decidindo por não aplicar a:

- (a) arrendamentos de curto prazo; e
- (b) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Os contratos que a Entidade aplicou a isenção de acordo o pronunciamento está registrado no grupo de despesas de alugueis.

Os quadros abaixo demonstram as movimentações do passivo e do ativo:

Ativo - Direto de Uso	
Saldo em 31/12/2021	1.503.022
Depreciação	(544.994)
Adição	-
Ajustes	(530.634)
Saldo em 31/12/2022	427.396

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

Passivo de Arrendamento Mercantil	
Saldo em 31/12/2021	(667.031)
Adição	1.332.093
Contraprestação Paga	(665.062)
Saldo em 31/12/2022	0,00

A Entidade aplicou o CPC 06 Operações de arrendamento mercantil em todos os contratos com mais de 12 meses de vigência. Consideramos todos os contratos com ativo identificável, que seja de uso exclusivo da Entidade e que seu gerenciamento de uso passa a ser da Entidade durante o período do contrato.

Vencimento dos Contratos:

Controle de Vencimentos		
Vencimento das prestações		Valor
	2022	667.031
		667.031

12 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores	<u>1.524.342</u>	<u>1.070.975</u>

13 Obrigações tributárias, trabalhistas e sociais

	2022	2021
Provisão para férias e 13º salários	2.664.219	2.489.770
Salários e outros valores a pagar	1.282.144	1.192.890
IRRF de terceiros a recolher	1.265.933	1.067.308
FGTS a recolher	364.381	338.772
INSS de terceiros a recolher	228.033	245.995
PIS/COFINS/CSLL de terceiros a recolher	21.197	22.871
Contribuição sindical	1.537	1.841
PIS sobre folha de pagamento	407	407
ISSQN de terceiros a recolher	10.344	11.127
	<u>5.838.194</u>	<u>5.370.981</u>

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

14 Empréstimos

Os empréstimos são na modalidade de capital de giro e estão sendo utilizados para liquidação das obrigações de curto prazo. Os empréstimos estão garantidos por recebíveis e não possuem cláusulas de *covenants*.

A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	Taxa Contratuais % a.a.	Vencimentos	Curto Prazo 2022	Longo Prazo 2022	Curto Prazo 2021	Longo Prazo 2021
Banco Itau	9,77%	12/09/2025	2.402.261	4.789.947	709.447	8.670.638
Banco Itau	19,56%	17/07/2026	1.061.182	1.996.003		
Bradesco	12,68%	28/06/2024	764.578	1.227.162	668.719	2.312.821
Banco do Brasil	9,60%	25/11/2022	1.400.000		1.633.333	2.566.667
Banco Daycoval	20,84%	19/09/2028	2.859.559	11.441.703		
			8.487.579	19.454.813	3.011.499	13.550.126

Abaixo a movimentação dos saldos para os anos de 2022 e 2021:

	31/12/2021	Captação	Juros	Amortização	31/12/2022
Itaú	9.380.085	-	(880.561)	(1.307.316)	7.192.208
Itaú	-	3.300.000	(11.089)	(231.727)	3.057.184
Bradesco	2.981.540	-	(188.195)	(801.666)	1.991.739
Banco Brasil	4.200,000	-	(563.569)	(2.236.431)	1.400.000
Banco Daycoval	-	15.000.000	(22.687)	(676.052)	14.301.262
	16.561.625	18.300.000	(1.666.101)	(5.25.132)	27.942.393

O fluxo de pagamentos dos empréstimos e financiamentos está apresentado a seguir:

2023	9.044.242
2024	7.535.906
2025	5.645.839
2026	2.648.389
2027	1.878.386
2028	1.189.631
	27.942.392

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

15 Gastos a incorrer em convênios

Os Gastos a incorrer em convênios apresentam os valores que a Entidade tem a aplicar referente as Subvenções recebidas no exercício. As adições referem-se os novos contratos de convênio celebrados. As receitas referem-se aos gastos que foram empregados nos convênios ao longo do exercício social. Os rendimentos provêm das aplicações financeiras das contas com restrições. Os Ajuste de Verbas referem-se aos ajustes do valor a receber e a incorrer devido as alterações correntes durante o ano, exemplo, quantidade de alunos x valor a receber. As devoluções são decorrentes do encerramento de convênios.

Abaixo demonstramos a movimentação dos gastos a incorrer:

	Saldo 31/12/2021	Adição (+)	Valores recebidos (-)	Receitas (-)	Rendimentos Financeiros (+)	Ajustes da Verba (+/-)	Devolução de verba (-)	Saldo 31/12/2022
Vila Morse	6.058.718			1.277.570		142.248		4.923.396
Paraisópolis	1.711.324	10.461.333		1.787.437		118.928		10.504.149
Ceiser	6.567.905			1.236.972		426.074		5.757.007
	14.337.947	10.461.333	-	4.301.979	-	687.251	-	21.184.552
Circulante	2.529.158							(10.790.609)
Não circulante	11.808.789							(10.393.943)
	14.337.947							(21.184.551,93)

Obras Social – Núcleo I CEI Dom José Gaspar – CNPJ 61.697.678/0002-40 (Vila Morse)

Convênio destina-se ao atendimento às crianças por meio do Centro de Educação Infantil Dom José Gaspar, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Diretoria de Educação do Butantã. O atendimento é integralmente gratuito para 127 crianças na faixa etária de zero a 03 anos de idade.

Obras Sociais – Núcleo II -CEI Santa Escolástica – CNPJ 61.697.678/0003-21 (Paraisópolis)

Convênio destina-se ao atendimento às crianças por meio do Centro de Educação Infantil Santa Escolástica, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Diretoria de Educação do Campo Limpo. O atendimento é integralmente gratuito para 185 crianças na faixa etária de zero a 03 anos de idade.

Obras Sociais – Núcleo IV -CEI Santo Estevão Rei– CNPJ 61.697.678/0005-93 (CEISER)

Convênio destina-se ao atendimento às crianças por meio do Centro de Educação Infantil Santa Escolástica, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o plano de trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação - DRE. O atendimento é integralmente gratuito para 227 crianças na faixa etária de zero a 04 anos de idade.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

16 Mensalidades antecipadas

	2022	2021
Mensalidades Antecipadas	9.538.325	9.519.310

O saldo de mensalidades antecipadas nas demonstrações financeiras refere-se, substancialmente, às matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente, onde serão reconhecidas ao resultado do exercício de acordo com o regime de competência

17 Provisão para contingências, Processos e depósitos judiciais

a. Provisão para contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2022	2021
Trabalhistas	3.415.837,07	2.744.041,44
	<u>3.415.837,07</u>	<u>2.744.041,44</u>

Movimentação dos processos no exercício

	2021	Adição	Reversão	2022
Trabalhista	2.744.041	2.130.970	(1.459.174)	3.415.837

Além dos processos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2022 existem outros processos e obrigações cíveis pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 125.227 (R\$ 220.730 em 2021). Em 2022 foram realizados acordos trabalhistas no valor de 1.147.389. A maioria das reclamações contra a Entidade são por motivos de solicitação de Insalubridade.

b. Processos e Depósitos judiciais

Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, sendo esta sua movimentação e composição:

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

	2021	Adições	Baixas	2022
Trabalhista	201.503	10.987	(119.872)	92.618
Tributária (i)	2.310.448	165.774	-	2.476.222
	2.511.951	176.761	(119.872)	2.568.840

- (i) A Entidade possui processo judicial para reconhecer o direito líquido e certo da empresa à imunidade prevista no art. 195, Parágrafo 7º da Constituição Federal, afastando a inconstitucional exigência do recolhimento da contribuição ao PIS, tal como atualmente previsto na Medida Provisória nº 2158-35/01, de 24 de agosto de 2001. Os valores questionados foram depositados em juízo.
- (ii) A Entidade possui processo judicial para reconhecer o direito líquido e certo da empresa à imunidade prevista no art. 195, Parágrafo 7º da Constituição Federal, afastando a inconstitucional exigência do recolhimento da contribuição ao INSS, tal como atualmente previsto na Medida Provisória nº 2158-35/01, de 24 de agosto de 2001. Importante destacar o resultado positivo na demanda nº 5006228-84.2018.4.03.6100, transitada em julgada, replicada ao processo nº 0064255-40.2022.4.03.6182, para prolação de nova Sentença.

18 Patrimônio Social

Conforme o Estatuto Social, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

O Superávit/(déficit) do exercício, será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 R1 em especial no item 15 que prescreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

18 a) Ajuste de avaliação patrimonial

- (i) No momento da adoção inicial das normas do CPC, foi constituído o ajuste em decorrência da atribuição do “deemed cost” da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária. O valor da Avaliação Patrimonial em 2022 é de R\$ 196.639.098 (R\$ 196.639.098 em 2021).
- (ii) A Entidade possui saldo de reavaliação de imóveis, realizado antes da adoção mencionada no item (i) no valor de R\$ 881.020,48 em 2022 (R\$ 1.321.502 em 2021).

19 Receita operacional

A Entidade gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de ensino básico. Receitas patrimoniais incluem valores recebidos com locação de espaço. Além de receitas com convênios que correspondem a valores recebidos de órgãos públicos.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de ensino	76.337.492	70.764.044
Receitas com convênios – educacional	4.369.769	2.914.627
Receita com Doações	214.109	
	80.921.370	73.678.671
Cancelamentos e devoluções	(1.969)	(17.033)
Bolsas institucionais e sindicais	(7.085.609)	(5.332.099)
Descontos sobre mensalidades	(2.920.612)	(3.075.152)
	(10.008.190)	(8.424.284)
Receita Operacional Líquida	70.913.180	65.254.387

20 Custos e despesas operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Por função		
Custos do atendimento gratuito Lei 12101-09	(4.445.217)	(8.527.740)
Custos com pessoal	(41.704.222)	(30.805.763)
Despesas gerais e administrativas	(30.240.203)	(25.713.093)
	(76.389.642)	(65.046.596)
Custo com pessoal	(41.704.222)	(30.805.763)
Despesas com pessoal	(9.725.456)	(9.064.105)
Despesas com serviços	(1.691.939)	(10.308.937)
Despesas administrativas	(9.527.421)	(3.389.155)
Despesas com depreciação e amortização	(3.027.608)	(4.155.377)
Despesas com convênios - educacional	(4.369.769)	(2.914.627)
Serviços básicos	(2.225.904)	(1.692.998)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(494.479)	(417.922)
Despesas com materiais de consumo	(1.235.076)	(1.204.129)
Despesas com manutenção	(642.102)	(976.264)
Despesas com convênios - assistencial	-	-
Despesas com veículos	(109.520)	(78.067)
Despesas com impostos*	(8.739)	(11.403)
Despesas com propaganda e marketing	(37.969)	-
Despesas com trabalhos voluntários	(83.545)	(25.534)
Doações Covid	-	-
Outras despesas e receitas	(1.505.896)	(2.135)
	(76.389.642)	(65.046.596)

21 Resultado financeiro

Em descontos concedidos estão apresentados descontos que foram concedidos aos clientes tanto por bolsa quanto por pontualidade nos pagamentos.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimento financeiro	775.903	464.649
Outras receitas financeiras	<u>498.219</u>	<u>566.892</u>
	1.274.122	1.031.541
Descontos Concedidos	(2.249.564)	(1.904.487)
Despesas Financeiras	(2.454.032)	(2.888.703)
Juros/Multas e Variações Monetárias	(520.759)	(150.436)
	(5.224.356)	(4.943.626)
	<u>(3.950.234)</u>	<u>(3.912.085)</u>

22 Outras receitas operacionais

	2022	2021
Patrimoniais (i)	1.141.514	4.819.339
Recuperação de despesas e reembolsos (ii)	848.781	1.626.662
Donativos e promoções	352.928	519.926
Voluntários	<u>83.545</u>	<u>25.534</u>
	2.426.769	6.991.461

- (i) As receitas patrimoniais, são referentes a valores recebidos de aluguéis e cessão de espaço e venda de ativo imobilizado.
- (ii) As recuperações de despesa estão relacionadas a recuperação como créditos Nota Fiscal Paulista, PCLD e correção de depósitos judiciais.

23 Benefícios sociais ofertados

A Entidade oferece bolsas educacionais para alunos carentes, seguindo os critérios conforme a Lei complementar 187/2021, e nesses casos, não aplica a cobrança de mensalidades, taxa de matrícula e de material didático dos alunos bolsistas.

Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utiliza os critérios impostos pelos artigos 9º ao 15º da Portaria 15 do MEC, de renda conforme manda os critérios da Lei Complementar 187/2021: *A bolsa de estudo integral é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um e meio) salários-mínimos. A bolsa de estudo parcial é concedida ao aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.* De acordo com a Lei Complementar 187/2021: *Para fins de concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverá: III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes. § 1º Para o cumprimento da proporção descrita no inciso III do caput, a entidade*

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

poderá oferecer bolsas de estudo parciais, observadas as seguintes condições: I-no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes; II - bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido, conforme definido em regulamento.

A Entidade desenvolveu suas atividades de educação básica e assistência social por meio de seus núcleos que estão concentradas no Município de São Paulo:

Período de 2022 – Educação Básica e Assistência Social

Núcleos	Crianças atendidas	Educação infantil	Assistência social
Vila Morse	127	127	-
Paraisópolis	185	185	-
C.E.I.SER	227	145	82
Total	539	457	82

Período de 2021 – Educação Básica e Assistência Social

Núcleos	Crianças atendidas	Educação infantil	Assistência social
Vila Morse	156	156	-
Paraisópolis	210	210	-
C.E.I.SER	229	150	79
Total	595	516	79

A - Projetos de Educação Infantil

Bolsas de Estudos Integrais Educação Infantil de 0 a 5 anos 100% gratuitas.

O projeto Educação Infantil no Mosteiro São Geraldo, tem por finalidade promover a primeira etapa da educação básica, objetivando o desenvolvimento integral da criança até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, de acordo com o artigo 29 da LDB, dessa forma, o Mosteiro São Geraldo aplicou recursos em gratuidade de 100% na educação básica em tempo integral.

Conforme determina a Lei Complementar 187/2021, artigo 13 e incisos, a Entidade demonstra no quadro a seguir a oferta das bolsas de estudo com o quantitativo de alunos beneficiados, na relação de 1 (uma) bolsa de estudo integral, para cada 5 (cinco) alunos pagantes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

B - Quadro da distribuição do número de bolsas de estudo - quantitativo de alunos em 31 de dezembro de 2022 (aplicação 1x5)

Conceito:

Bolsas de Estudos CEBAS - As bolsas de estudos CEBAS, são concedidas pela direção administrativa de cada unidade escolar, e estão embasadas no perfil socioeconômico do candidato avaliado pelo setor de Serviço Social da Entidade, com base na documentação apresentada pelo responsável, levando em consideração também as demais prerrogativas definidas no edital de bolsas de estudos, divulgado anualmente. As bolsas de estudos somente são concedidas aos beneficiários que atendam as prerrogativas

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

impostas pelo § 1º do artigo 19 da Lei Complementar 187 publicada em 17.12.2021, corroborado pelos artigos 9º ao 15º da Portaria 15 do MEC, publicada em 14.08.2017

Bolsas de estudos funcionais/Sindicais - As bolsas de estudos funcionais são aquelas às quais a Entidade é obrigada a fornecer aos filhos de seus empregados (professores e auxiliares), por força da convenção coletiva do sindicato, do qual os empregados da Instituição fazem parte. Cabe lembrar, que tais bolsas são concedidas por obrigação legal, e são reconhecidas e divulgadas separadamente das bolsas CEBAS por não estarem embasadas no perfil socioeconômico.

	2022	2021
Educação básica		
1- Alunos base	1.454	1.574
(+) Bolsas - Filantropia 100%- Cebas	223	318
(+) Bolsas -Programas Sociais 100% - Cebas	223	170
(-) Outras bolsas de estudos 100% - sindicais e institucionais	102	113
(=) Total de bolsas de estudo	548	601
2 - Alunos pagantes	906	973
3- Necessidade: 1/5	181	195
4- (+) Benefícios complementares (conversão)	-	-
5- (=) Bolsas de estudo Filantrópicas ofertadas à maior – 1/5	42	123

A Entidade beneficiou alunos com bolsas de estudo, na seguinte proporção: 446 alunos com bolsas de estudo integrais 100% gratuitas, sendo 223 para alunos com bolsas filantrópicas e 223 para bolsas Programas Sociais, e ainda, bolsas sindicais e institucionais para 102 alunos. Na relação com o mínimo devido (1 bolsa de estudo para cada 5 alunos pagantes), foram concedidas 265 bolsas de estudo acima do mínimo devido para o cumprimento da Lei Complementar 187/2021.

Quadro da distribuição do número de bolsas de estudo - quantitativo de alunos em 31 de dezembro de 2022 (aplicação 1x9)

	2022	2021
Educação básica		
1- Alunos base	1.454	1.574
2 - Alunos pagantes	906	973
3- Necessidade: 1/9	101	108
(+) Bolsas - Filantropia 100%- Cebas	223	318
(+) Bolsas -Programas Sociais 100% - Cebas	223	170
(+) Outras bolsas de estudos 100% - sindicais e institucionais	102	113

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

4 - (=) Total de bolsas de estudo	<u>548</u>	<u>601</u>
5- (+) Benefícios complementares (conversão)	<u>-</u>	<u>-</u>
6- (=) Bolsas de estudo Filantrópicas ofertadas à maior – 1/9	<u>122</u>	<u>209</u>

24 Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal

Certificados, imunidades e isenções

O Mosteiro São Geraldo de São Paulo possui imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados, com base no artigo 150 da Constituição Federal. Destacamos também o seguinte:

Contribuição Patronal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - o Mosteiro São Geraldo de São Paulo, pessoa jurídica constituída sob forma de associação filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, beneficente de assistência social, reconhecida de utilidade pública, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS emitido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação para o período de 01/01/2013 a 31/12/2015, através da Portaria nº 1.137, de 03/11/2017 no D.O.U. nº 211, do dia 03/11/2017. O processo de renovação de nº 23000.006044/2015-33 protocolado em 08/05/2015 para os períodos de 01/01/2016 a 31/12/2018 e o processo de renovação nº 23000.0028484/2018-94 para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021 e o processo de renovação nº 23000.011338/2021-25 para o período de 01/01/2022 à 31/12/2024 foi encaminhado dentro do prazo legal, e aguarda julgamento no Ministério da Educação. Os Processos protocolizados asseguram a validade do Certificado e da Certidão de Fins Filantrópicos até a conclusão de análise dos mesmos, conforme disposto no Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014, caput do artigo 8º e em seu § 1º, motivo pelo qual nenhuma provisão foi efetuada nas demonstrações contábeis referentes às imunidades patronais usufruídas no exercício, nos termos do § 7º, artigo 205 da Constituição Federal e Lei Complementar 187/2021.

No dia 26/03/2020 foi concluído o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade 4480, que declarou a inconstitucionalidade formal do art. 13, III, §1º, I e II, §§ 3º e 4º, I e II, §§ 5º, 6º e 7º; do art. 14, §§ 1º e 2º; do art. 18, caput; e do art. 31 da Lei 12.101/2009 e declarou a inconstitucionalidade material do art. 32, § 1º, da Lei 12.101/2009, pelo fato da referida lei se tratar de lei ordinária.

A União entrou com pedido de embargos de declaração, para que os efeitos do julgamento da ADI 4480 ocorressem a partir de data de seu julgamento, entretanto, no dia 05.02.2021 o STF negou provimento a tal recurso, isso significa dizer, que na prática, os artigos mencionados no parágrafo anterior jamais tivessem existidos, tornado nula qualquer ato jurídico que tenha sido perpetrado com base nesses artigos. A Entidade sempre atendeu plenamente os dispostos na lei 12.101/2009, mesmo que tais artigos mencionados da lei 12.101/2009 tenham perdido seus efeitos, a administração da Entidade, adotando uma postura mais prudente e conservadora, continuará atendendo em sua plenitude todos os requisitos necessários para manutenção do CEBAS, e irá acompanhar de perto os projetos de lei complementar que estarão tratando sobre a matéria.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 Em reais

Isenções previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS.

Imunidade usufruída:	2022	2021
Total INSS Educacional	11.797.349	10.291.481
Total Pis S/ Folha	394.875	403.531
Total da Isenções	12.192.224	10.695.012

Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002(R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Entidade por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas incidentes:

- Incidentes sobre a receitas tributáveis (PIS 0,65%, COFINS 3%)
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS 34%)

25 Instrumentos financeiros

A forma de identificação e condução dos riscos é de suma importância para a gestão da Entidade. A administração da Entidade é responsável pela gestão de riscos garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. A Entidade não participa de quaisquer negociações de instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade está exposta a risco de crédito, liquidez e taxa de juros.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se, principalmente, às disponibilidades e as contas a receber da Entidade. Para minimizar seus riscos, a Entidade realiza transações com bancos de primeira linha e além de revisar exposição ao risco de perda esperada do contas a receber de forma individualizada

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade da Entidade em cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Entidade vem utilizando de empréstimos com instituições financeiras para garantir o cumprimento de suas obrigações, presentes e futuras.

O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros da Entidade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores contábeis.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

	Valor contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de Dezembro de 2022					
Fornecedores	1.524.342	1.524.342	-	-	-
Empréstimos	27.846.533	8.948.382	7.535.906	11.362.245	-
Mútuo	8.609.699	1.160.858	1.160.858	4.643.433	1.644.549
	37.980.574	11.633.583	8.696.764	16.005.678	1.644.549

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da captação de empréstimos de curto e longo prazo. As taxas de juros sobre estes empréstimos encontram-se mencionadas na Nota 14.

A Entidade está exposta a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros atualmente praticadas e as taxas de juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade apresentava exposição a taxa de juros no montante de R\$ 27.942.393 (R\$ 16.561.25 em 2021).

Adicionalmente a Entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e recursos vinculados a convênios indexados à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade apresentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R\$ 13.750.525 (R\$ 7.374.379 em 2021) em aplicações financeiras e recursos vinculados à convênios remunerados em CDI.

Instrumento financeiro por categoria

Ativos, conforme balanço patrimonial

	<u>Custo amortizado</u>
31 de dezembro de 2022	
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	13.750.255
Recursos vinculados a convênios (Nota 8)	2.325.110
Contas a receber (Nota 9)	2.208.041
Contas a receber com convênios (Nota 10)	<u>3.802.417</u>
	<u>22.085.823</u>

	<u>Custo amortizado</u>
31 de dezembro de 2021	
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	7.376.319
Recursos vinculados à convenios (Nota 8)	973.550
Contas a receber (Nota 9)	2.714.106
Contas a receber com convênios (Nota 10)	<u>4.869.605</u>
	15.933.580

Passivos, conforme balanço patrimonial

Custo

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

	<u>amortizado</u>
31 de dezembro de 2022	
Empréstimos (Nota 14)	27.942.393
Fornecedores (Nota 12)	1.524.342
Gastos a incorrer com convênios (Nota 15)	<u>21.184.552</u>
	<u>50.651.287</u>
31 de dezembro de 2021	
Empréstimos (Nota 14)	16.561.625
Fornecedores (Nota 12)	1.070.975
Arrendamentos (Nota 11d)	667.031
Gastos a incorrer com convênios (Nota 15)	14.337.947
	<u>32.637.578</u>

27. Partes relacionadas

a) A entidade possui as seguintes operações com partes relacionadas

	Ativo	Passivo	Despesas
Abadia São Geraldo	-	8.609.699	609.741
Saldo em 2022	-	8.609.699	609.741
Saldo em 2021		9.770.557	220.273

Os saldos da Entidade com a Abadia São Geraldo são substancialmente relacionados aos aluguéis dos imóveis.

Em 2020 a Entidade celebrou um contrato de Mútuo com a Abadia São Geraldo no valor de R\$ 10.157.510 com uma taxa anual de 6,17% a.a. Com saldo em 2022 de R\$ 8.609.699.

b) Serviço Voluntários de Dirigentes Estatutário

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Diretoria Estatutária	R\$ 83.544	R\$ 25.534

28. Reapresentação de Valores Correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial do exercício de 2019 originalmente apresentado nas demonstrações financeiras do exercício, está sendo apresentado em conformidade com o CPC 23 e Resolução NBTC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

A tabela a seguir resume os impactos gerados dos ajustes nas demonstrações contábeis da Entidade em 2021.

Mosteiro São Geraldo de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em reais

CONTAS PATRIMONIAIS

<u>CONTAS CONTÁBEIS</u>	<u>Reapresentação 2021</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	949.469	(121.506)	1.070.975
Arrendamento Mercantil	1.133.877	466.846	667.031
TOTAL DE AJUSTES DO PASSIVO		345.340	

CONTAS DE RESULTADO

<u>CONTAS CONTÁBEIS</u>	<u>Reapresentação 2021</u>	<u>Ajuste</u>	<u>2021</u>
Outras Receitas operacionais	21.059.759	467.269	20.592.490
Despesas Administrativas	(6.991.461)	(121.930)	(6.869.531)
TOTAL DE AJUSTES RESULTADO		345.340	

São Paulo, 31 de dezembro de 2022



Cristiano Claudenor Oliveira Carvalho
Diretor Presidente
CPF:265.660.308-08



Elaine Fonseca da Silva
Contadora
CRC 1SP 273409/O-6
CPF. 295.508.568-52